

29/04/2019

APEOESP

25

Acesse: www.apeoesp.org.br
Imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

FÉRIAS REPARTIDAS NÃO VÃO NOS DESVIAR DA NOSSA LUTA

Vamos combater essa invencionice do governo Doria juntamente com nossa luta salarial e profissional

Tendo em vista informações que recebemos, de que a Secretaria da Educação estaria realizando consultas às direções das escolas estaduais sobre as férias repartidas em 4 períodos (janeiro, abril, julho e outubro), que o governo Doria pretende implementar, manifestamos nosso posicionamento nos seguintes termos:

Sem respostas para os graves problemas da educação pública estadual, o governador João Doria e seu secretário da Educação colocam na pauta a fragmentação das férias escolares, talvez com a intenção de nos fazer abandonar a nossa pauta substancial, sobretudo a questão salarial. Não vamos morder essa isca.

Opomo-nos a essa iniciativa e vamos lutar contra essa fragmentação de nossas férias juntamente com a nossa reivindicação de pagamento do reajuste de 10,15% que conquistamos na justiça, mais 4,17% correspondentes ao reajuste do piso salarial profissional nacional de 2019, além das condições de trabalho e outros itens de valorização profissional e qualidade do ensino.

Essa é uma tática recorrente nos governos do PSDB, assim como vem sendo utilizada pelo governo Bolsonaro: apresentar itens polêmicos para tentar desviar o foco de reivindicações e necessidades fundamentais da classe trabalhadora. Mas a nossa categoria está muito consciente e segura do que quer e não vai se desviar do caminho.

Continuaremos a luta pela pauta principal definida pelas professoras e pelos professores em São Paulo, da mesma forma que continuaremos a lutar firmemente para derrotar a reforma da previdência de Bolsonaro, ao mesmo tempo que trabalharemos para impedir que ele retire a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia e aplique outras medidas contra a educação.

Contra férias repartidas

Em relação às férias, essa não é uma conversa nova. A forma como as férias estão atualmente organizadas (15 dias em janeiro e 15 dias em julho, mais os recessos) foi uma conquista da categoria, tendo em vista que já naquele momento havia a intenção de fragmentá-las como agora. Houve conversas e negociações e a Secretaria da Educação à época acabou definindo as férias da forma como hoje estão.

O governo cita estudos internacionais sobre o impacto das férias escolares no turismo para justificar sua proposta. É, sim, importante pensar no turismo, mas nós discordamos desse tipo de justificativa. O Brasil tem sua realidade particular, não comparável aos demais países. A LDB dá abertura para que sejam resolvidas situações particulares e pontuais. O Brasil só é comparável a ele mesmo, em toda a sua diversidade. Não é fragmentando as férias escolares dessa forma, com todas as suas implicações para os estudantes, para suas famílias e para os profissionais da educação que essa questão será bem encaminhada.

As férias em janeiro e julho têm sua lógica associada ao processo ensino-aprendizagem e com a realidade cultural do Brasil. São ciclos tradicionalmente arraigados que se harmonizam com as férias, sem fragmentar o processo educativo. A proposta do governo prejudica o andamento natural desse processo, criando interrupções que não são longas o suficiente para oferecer boas oportunidades de viagens e lazer, mas que prejudicam a retomada do ritmo desejável do processo ensino-aprendizagem nas escolas. Por outro lado, os feriados existentes, muitos deles com “emendas”, já permitem um desejável arejamento no ritmo de aulas.

Perguntamos: o que o governador João Doria apresentou até o momento para a rede estadual de ensino? Qual é sua proposta salarial? Qual é a sua proposta para a jornada de trabalho dos professores? Para as condições de trabalho e infraestrutura nas escolas? Para limitar o número de estudantes por classe e acabar com a vergonhosa superlotação hoje existente? Pois é, esse é um governo sem propostas para o que realmente interessa.

Por isso, não vamos desviar da nossa pauta, que agora ganha mais um ponto: lutar contra a fragmentação das nossas férias.

Abaixo-assinado contra a reforma da Previdência de Bolsonaro

Como parte de nossa campanha salarial e educacional e da luta contra esta reforma da Previdência, conforme determinação da reunião do Conselho Estadual de Representantes, encaminhamos em anexo um abaixo-assinado sobre o tema.

Orientamos todas as subdeses, diretores, coordenadores, representantes, conselheiros a reproduzirem o anexo e recolher o máximo de assinaturas possível, encaminhando-as à Sede Central, a/c Presidência.

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO

15 MAIO

ATO PÚBLICO

QUARTA 14H

NO MASP Av. Paulista

Vamos fechar todas as escolas!

LIVROS SIM! ARMAS NÃO!

Ato Regionais: Procure a Subsede da APEOESP

APEOESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.aproesp.org.br

ABAIXO-ASSINADO
EM DEFESA DO DIREITO À APOSENTADORIA PARA TODOS/AS OS/AS
TRABALHADORES/AS E PELA APOSENTADORIA ESPECIAL DO MAGISTÉRIO

Senhor Presidente e Senhores/as Deputados/as da Câmara Federal

Nós, professoras e professores do estado de São Paulo, bem como cidadãos e cidadãs abaixo assinados, vimos a vossa presença a fim de solicitar o voto contrário à PEC 06/2019, a chamada reforma da Previdência.

A PEC 6/2019 dificulta a aposentadoria para toda a classe trabalhadora, do setor público e das empresas privadas, do campo e da cidade. Entretanto, ela atinge frontalmente o direito à aposentadoria especial do magistério.

Defendemos a aposentadoria especial dos/as professores/as porque o magistério é considerado pela Organização Mundial da Saúde como uma profissão penosa, tendo em vista a natureza intensiva do trabalho realizado e pelo desgaste físico e mental que acomete os docentes. Por isso, é justo e necessário que se mantenham as condições de aposentadoria antecipada para esses profissionais. Até porque mais de 80% do magistério é formado por mulheres, que já trabalham mais que os homens quando se considera o conjunto de afazeres, além do trabalho profissional.

No entanto, voltamos a afirmar, não é apenas esse ponto da reforma que merece nossa rejeição, mas todo o conjunto da PEC, que aumenta o tempo de contribuição e de trabalho, diminui o valor dos benefícios e ameaça a existência da seguridade social (aposentadoria, benefícios da assistência social como o BPC e as políticas de saúde). Enquanto isso, a PEC 06/2019 não combate a sonegação das empresas devedoras da Previdência, mantém privilégios e incentiva a previdência privada (os planos de capitalização), que só beneficiam os banqueiros.

Senhores/as Deputados/as: votem não à PEC 06/2019!
Pela aposentadoria e a seguridade social do povo brasileiro.

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____

Nome _____ RG _____ Assinatura _____



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FILIADO À
CNE
E
CUT

www.apoesp.org.br

